

Trabalho publicado em:

FLEURI, R.M. Educação Popular e a concepção do ser humano. Educação e Filosofia., v.7, p.129-134,1993. Disponível em :

<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewArticle/1120> .

Acesso em 13 de abril de 2011.

EDUCAÇÃO POPULAR E CONCEPÇÃO DE SER HUMANO*

*Reinaldo Matias Fleuri***

INTRODUÇÃO

Entendemos a educação popular como a prática educativa que se desenvolve nos movimentos populares. Estes articulam as classes populares em suas lutas, que convergem para a transformação das estruturas sociais de exploração e dominação. Nestes movimentos, processa-se uma prática educativa com base na relação que as pessoas estabelecem na busca de compreender e enfrentar juntas os problemas emergentes em sua práxis. Paulo FREIRE (1979:79) diria que, nos movimentos sociais, "os homens se educam na relação, mediatizados pelo mundo".

Tal prática educativa traz consigo uma concepção própria de "ser humano", que fundamenta as idéias de "educação" e de "conhecimento".

No presente texto, focalizaremos a idéia de homem implícita na teoria e prática de educação popular, tentando explicitar sua peculiaridade e confrontá-la com outras concepções filosóficas de homem, historicamente construídas.

Baseamos-nos na hipótese de que estas concepções de "homem" são historicamente elaboradas a partir das relações sociais predominantes em determinados contextos e acabam legitimando tais relações. Sendo isso verdade, a mudança de relações sociais ou a existência de relações contrárias às dominantes tendem a se exprimir em novas concepções que, por sua vez, legitimam essas relações.

Também levantamos a hipótese de que muitos movimentos sociais, emergentes junto às classes populares, desenvolvem relações sociais que tendem a superar os mecanismos de exploração e dominação predominantes em nosso contexto. Estes movimentos se confrontam com as forças sociais dominantes mas correm, também, o risco de serem subjugados e recuperados segundo a dinâmica da exploração e da dominação. Neste sentido, ocupar e utilizar os mesmos aparelhos econômico-políticos que servem à dominação e exploração é tão arriscado quanto utilizar as mesmas categorias ideológicas dominantes para explicar e legitimar as práticas sociais revolucionárias.

* Trabalho apresentado na 6ª Conferência Brasileira de Educação (São Paulo, 05/09/91, 14:00h, USP - Setor Azul 08 Painel intitulado "Educação Popular em debate: filosofia, conhecimento, política".

** Professor doutor do Departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade de Santa Catarina.

Assim, ao mesmo tempo que constroem novas formas de organização social, os movimentos populares precisam desenvolver coerentemente uma nova forma de pensar e justificar sua prática.

Neste sentido, as tradicionais concepções metafísicas, liberais ou burocráticas de homem e de sociedade já não mais dão conta de explicar a prática dos movimentos populares, em que a realização humana individual e coletiva parece ser construída na relação de reciprocidade entre pessoas que buscam compreender e resolver os problemas emergentes em sua práxis.

O "SER HUMANO" COMO "SER RELACIONAL"

A concepção freireana de educação popular aponta o fato de que a educação não é um processo individual isolado ("ninguém se educa sozinho"), nem uma relação unidirecional ("ninguém educa ninguém"), mas uma relação de reciprocidade entre pessoas que convivem no mesmo contexto ("os homens se educam na relação, mediatizados pelo mundo").

A "reciprocidade entre agentes", do ponto de vista filosófico, aparece como a característica fundamental da relação propriamente humana. Os seres humanos só se tornam "pessoas", livres e conscientes, capazes de pensar e decidir autonomamente, enfim, os indivíduos humanos se "humanizam" na relação de reciprocidade com seus semelhantes.

O homem, pois, é um ser relacional, em todas as suas dimensões.

Na dimensão física, por exemplo, o indivíduo humano só nasce (como os outros seres vivos) da relação sexual entre um homem e uma mulher; só sobrevive em comunidade. Além de ser o animal que tem o mais longo período infantil de dependência para obter os meios de subsistência, o ser humano produz alimento, abrigo, os meios, enfim, para satisfazer suas necessidades básicas, através sobretudo do trabalho em coletividade.

Também na dimensão psicológica, a pessoa vai definindo sua identidade a partir das relações que estabelece com seus próximos. Seu modo peculiar de ver o mundo, de reagir aos estímulos externos, de se posicionar frente aos fatos, sua personalidade, em suma, vai se formando a partir do tipo de relação que mantém com os outros, principalmente na infância.

Do ponto de vista cultural, fica ainda mais evidente que o homem é um ser relacional. Com efeito, ao trabalhar (ao transformar a natureza em produtos que atendam a suas necessidades), os seres humanos constroem instrumentos e estabelecem códigos de comunicação com seus parceiros. Os instrumentos (a técnica e a ciência), que hoje utilizamos no processo produtivo, foram criados e desenvolvidos pelas gerações anteriores e constituem as bases da

evolução da sociedade futura. Da mesma forma, a linguagem mediante a qual nos comunicamos aqui e agora é um produto cultural e histórico do povo a que pertencemos. Tanto a técnica (meio de transformação da natureza), quanto a linguagem (meio de comunicação entre os homens) são mediações criadas e desenvolvidas a partir das relações humanas. Mas, ao mesmo tempo, as relações humanas são condicionadas e determinadas pela linguagem e pela técnica predominantes. Em suma, os produtos culturais (entre eles, a linguagem e a técnica) são produtos e produtores de relações entre os homens, não apenas numa comunidade em uma determinada época, mas entre diferentes grupos sociais, atuais, passados e futuros.

A EXTRAPOLAÇÃO METAFÍSICA DO CONCEITO DE HOMEM

No entanto, geralmente quando falamos do "homem" parece que nos referimos a ele como uma figura "individual" e "abstrata".

Não há dúvida que a *Idéia* de "homem" seja uma "abstração" de características comuns a uma infinidade de pessoas, que projetamos na figura de um "indivíduo". Todavia, parece uma extrapolação acreditar que esta idéia de homem como indivíduo abstrato tenha existência própria algures, como padrão para todos os seres humanos (como acreditava a mentalidade metafísica, predominante na Europa da antiguidade e da idade média). Da mesma forma, parece um reducionismo imaginar que os homens sejam propriamente os "indivíduos", tidos como absolutos, cada um pensando e decidindo a partir de si mesmo, como se as relações com os outros e com o mundo "exterior" fossem secundárias e decorrentes do pensamento e da vontade individual.

Contudo é mais ou menos esta a concepção predominante no mundo ocidental moderno.

Tanto a extrapolação metafísica (acreditando que a "essência" do homem seja um padrão ideal existente no mundo do além), quanto a redução moderno-liberal (que confere a cada indivíduo humano o status de sujeito absoluto) se consolidam a partir e em função do modo como se estabeleciam as relações na sociedade dessas épocas.

Assim, na sociedade grega ou romana antiga, a idéia de homem era referida principalmente aos cidadãos livres, enquanto os escravos (geralmente recrutados entre os inimigos vencidos em guerras de conquista imperialista) não eram considerados propriamente "humanos".

Este modo de ver as coisas, de um lado, refletia a relação opressiva entre senhor e escravo: o primeiro, a quem era reconhecido o direito de pensar, decidir e agir livremente (= humano), submetia pela violência o escravo ao trabalho forçado, impedindo-o de pensar, decidir e agir autonomamente

(=não-humano). De outro lado, o fato de considerar, no senso comum, os senhores enquanto seres humanos e os escravos como não-humanos, tornava aceitável a relação de dominação e exploração dos primeiros sobre os segundos.

Mas - aí está a inversão epistemológica que justifica tal perversão sociológica - era possível atribuir a qualificação de "humano" a algumas pessoas e não a outras, porque "homem" era entendido como uma idéia com existência própria, fora das pessoas, não inerente a cada indivíduo humano. É mais ou menos esta mesma epistemologia que continuou a fornecer elementos para justificar as relações entre senhor feudal e servo da gleba, entre nobreza e plebe.

A REDUÇÃO INDIVIDUALISTA DO CONCEITO DE HOMEM

Quando estas relações sociais começaram a ser minadas pelo desenvolvimento industrial e pelo surgimento da burguesia, um novo modo de entender o ser humano começou a ser forjado. O homem aparece como sujeito individual capaz de conhecer e transformar o mundo. Os indivíduos humanos, cada um dotado de inteligência e vontade próprias, passam a ser vistos como socialmente iguais e autônomos, capazes de se construir como sujeitos frente ao mundo que se lhes apresenta para ser conhecido e transformado. A idéia de homem enquanto essência abstrata é substituída pelo entendimento do ser humano como sujeito individual, todos com iguais direitos naturais e civis. Esta idéia retrata e legitima a luta da burguesia, emergente no seio da plebe, contra as desigualdades sócio-políticas feudais. As lutas armadas contra os privilégios da nobreza e do clero na Europa Moderna eram acompanhadas pelo combate à visão metafísica que permitia legitimar e sacralizar tais privilégios.

Mas como justificar, agora, na sociedade burguesa as relações de exploração e dominação entre capitalistas e trabalhadores? Como explicar a desigualdade sócio-política, se todos são naturalmente iguais?

O reducionismo da "essência humana" ao "indivíduo humano" é exatamente a chave epistemológica que permite explicar que seres naturalmente iguais se tornem socialmente desiguais. Pois, se cada indivíduo humano vive ao lado do outro, como linhas paralelas, é bem possível que cada um se desenvolva, a partir de seu esforço e criatividade particular, de maneira diferenciada do outro. O sucesso ou fracasso, a riqueza e a pobreza não são mais justificadas pelo destino inexorável baseado em princípios metafísicos e sagrados, mas pelo nível de empenho e capacidade individual. Assim a ideologia liberal assenta-se na concepção reduzida de homem enquanto sujeito individual.

A ABSTRAÇÃO BUROCRÁTICA DO CONCEITO DE HOMEM

As revoluções socialistas ocorridas nos últimos dois séculos assentaram-se na organização de massas proletárias, conquistando aparelhos econômicos e políticos, na busca de redefinir seu sentido social em função dos interesses da classe trabalhadora. No entanto, experiências socialistas de várias nações acabam reproduzindo relações de dominação e de exploração, já não mais de indivíduos proprietários de empresas sobre seus empregados, mas do Estado sobre a massa de trabalhadores. A burocracia estatal acaba, em determinados países "socialistas", representando o mesmo poder dominador e explorador que a burocracia empresarial sustenta nos países capitalistas. Aliás, a burocracia predomina hoje, tanto nos países capitalistas como nos socialistas, como forma privilegiada de organização social (PRESTES MOTTA & BRESSER PEREIRA, 1986: 15-55)

Todavia, a justificação dessas relações que mantém a desigualdade já não se baseia no mito liberal de realização humana de indivíduos "livres", mas no mito coletivista de realização social, encarnada na figura genérica da burocracia. "Homem" já não é mais considerado uma "essência abstrata", nem um "sujeito individual", mas uma "coletividade genérica", organizada formal e hierarquicamente.

A "RELAÇÃO" COMO ESSÊNCIA DO "SER HUMANO"

Tanto a concepção metafísica, quanto a visão liberal e a burocrática menosprezam o caráter relacional do ser humano. Tal viés dessas concepções parece emergir em relações de dominação e, ao mesmo tempo, servir para legitimar essas relações.

Todavia, as práticas sociais dos movimentos populares, onde se constroem relações participativas, revelam e reforçam o caráter de reciprocidade, contraditoriedade e historicidade das relações humanas.

A reciprocidade se configura na medida em que fica claro que as relações não se dão de maneira unidirecional, no sentido agente-objeto. Tanto na relação homem-mundo, quanto na relação homem-homem, os seres humanos se constroem pessoal e socialmente como sujeitos *da* e, simultaneamente, como sujeitos *à* natureza e sociedade.

A contraditoriedade implica que a relação se mantém como tensão entre pólos que, ao mesmo tempo, se identificam e se diferenciam. Pois só há relação entre seres distintos (do contrário haveria fusão), que, todavia, se identificam em alguma dimensão (do contrário, haveria separação).

Por ser contraditória e conflitiva, a relação é essencialmente dinâmica. Neste sentido, por se realizarem mediante as relações que vivenciam cotidianamente, os homens se constroem como seres históricos. Os homens são, pois, exatamente sua história: a humanidade é hoje o que está fazendo no presente, a partir do que conseguiu construir no passado e projetar no futuro. O Passado aparece como as contradições superadas e o Futuro, como a perspectiva de superação das contradições hoje vividas.

O caráter histórico, contraditório e recíproco das relações humanas, revelado nas práticas de educação popular, indicam traços ontológicos do ser humano, enquanto ser relacional. Com base nessa compreensão de ser humano é possível rever também as teorias de conhecimento e de educação que emergem na prática dos movimentos populares.

Se, pois, os homens se constroem historicamente ao interagir no enfrentamento de conflitos entre si e com a natureza, o conhecimento não pode ser entendido reduzidamente como relação entre sujeito e objeto, nem a educação, como ação persuasiva de um sujeito sobre outro. Tanto o conhecimento quanto a educação aparecem, numa perspectiva de homem como ser relacional, como as dimensões da "relação dos homens mediatizados pelo mundo".

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, 224p.

PRESTES MOTTA e BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Introdução à organização burocrática*. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, 310p.